

ESTATUTO DO INSTITUTO PRESBITERIANO GAMMON

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINS, DURAÇÃO E FORO

Art. 1º - Denomina-se INSTITUTO PRESBITERIANO GAMMON, a Associação Civil e Educacional, com sede em Lavras, Estado de Minas Gerais, sucessora da Mesa de Curadores do Instituto Evangélico, registrada sob o nº 487 (quatrocentos e oitenta e sete) do Livro nº. 1 de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Lavras, em 05 de Julho de 1913, cuja denominação foi alterada posteriormente sob o nº 2.141, em 07 de Novembro de 1928, para a mesa de Curadores do Instituto Gammon e, em seguida, para Assembléia do Instituto Gammon.

Art. 2º - O objetivo da Associação é ministrar educação pré - escolar, de 1º, 2º e 3º graus e outros cursos, sob orientação evangélica, sem distinção de raça, religião e cor e, sem fins lucrativos, em Lavras - Minas Gerais, e / ou em lugar que se tornar conveniente ou necessário, a critério da Assembléia Geral.

PARÁGRAFO ÚNICO - Serão consignados e aplicados anualmente recursos orçamentários de 20% (vinte por cento) das receitas das anuidades das Escolas, para concessão de bolsas de estudo e assistência a alunos carentes.

Art. 3º - O prazo de duração da Associação será de tempo indeterminado, tendo sua sede e foro em Lavras, Minas Gerais.

CAPÍTULO II

DOS MEMBROS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 4º - A Assembléia do Instituto Presbiteriano Gammon compõe-se de duas (02) categorias de associados, a saber:

I - Associado Vitalício, que é única e exclusivamente a Igreja Presbiteriana do Brasil;

II - Associados Eleitos, em número de seis (06), cujos nomes deverão receber em cada mandato, a aprovação do representante do Associado Vitalício, da maioria absoluta de votos da Assembléia Geral

§ 1º - Os Associados Eleitos organizam-se em grupos iguais, com mandatos de seis (06) anos, vencendo bienalmente o mandato de um grupo, podendo haver recondução, uma única vez, com prévia aprovação do Associado Vitalício.

§ 2º - Os Associados não serão remunerados por suas funções, não podendo servir como Associados Eleitos nenhuma pessoa que ocupe cargo remunerado no Instituto Presbiteriano Gammon ou em suas escolas

§ 3º - Os Associados permanecerão no exercício do cargo, após o vencimento dos respectivos mandatos, até a indicação, eleição, posse dos novos membros ou sua recondução.

§ 4º - Em caso de renúncia, falecimento, ausência por mais de um (01) ano, sem justificação ou impedimento prolongado, a Assembléia Geral poderá substituir o associado mediante eleição, com prévia aprovação do Associado Vitalício, para complementação do mandato do substituído.

§ 5º - Os Associados, Vitalício e os Eleitos, compoem a Assembléia Geral do Instituto Presbiteriano Gammon.

Art. 5º - Os Associados não respondem solidária nem subsidiariamente pelas obrigações pecuniárias do Instituto Presbiteriano Gammon.

Art. 6º - O Diretor Geral, o Vice-Diretor e demais assalariados não podem ser representantes ou associados junto à Assembléia Geral, podendo, entretanto, assistir às reuniões deste órgão, discutindo e assessorando os seus membros, quando convidados.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO

Art. 7º - O Patrimônio da Associação é destinado ao objetivo do Instituto Presbiteriano Gammon. Será ilimitado e consistirá nos bens que já possui e nos que vier a possuir por compras, ofertas, doações, legados, etc.

Parágrafo Único - Qualquer aquisição de bens imóveis com cláusula onerosa só poderá ser efetivada com aprovação da Igreja Presbiteriana do Brasil, através do Supremo Concílio ou da sua Comissão Executiva.

Art. 8º - Os bens imóveis da Associação somente poderão ser alienados ou gravados com hipoteca ou qualquer outro ônus, por deliberação expressa da Assembléia Geral, condicionada à autorização prévia do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil ou da sua Comissão Executiva.

CAPÍTULO IV

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 9º - A Assembléia Geral é o órgão de direção do Instituto Presbiteriano Gammon e se reunirá ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando parecer bem à sua Diretoria, ou requerida por dois terços (2/3) dos seus membros.

Art. 10º - Compete à Assembléia Geral:

- I - Eleger os Associados que previamente tenham seus nomes aprovados pelo Associado Vitalício, nos termos do inciso II, do artigo 4º, deste Estatuto;
- II - Eleger sua Diretoria, que será composta de Presidente, Vice-Presidente e Secretário;
- III - Nomear os membros do Conselho Administrativo, fixando-lhes os mandatos;
- IV - Fixar os vencimentos do Diretor Geral;
- V - Examinar e aprovar os diversos relatórios;
- VI - Apreciar, anualmente, os planos de trabalho apresentados pelo Diretor Geral;
- VII - Decidir sobre a criação ou extinção de cursos, escolas ou filiais, construção ou demolição de prédios, e sobre quaisquer planos que objetivem medidas especiais;
- VIII - Autorizar a compra e venda de imóveis, observadas as normas do artigo 8º deste Estatuto;
- IX - Homologar os regimentos do Conselho Administrativo e da Assembléia;
- X - Contratar serviços que julgue necessários;
- XI - Nomear até dois (02) representantes junto à Fundação Gammon de Ensino (FUNGE), em Paraguaçu Paulista - SP.
- XII - Receber e apreciar o relatório dos representantes junto à FUNGE;

XIII - Nomear o Conselho Fiscal, em número de três (03), trienalmente, entre os membros das Igrejas Presbiterianas locais,

XIV - Em cada local onde a Associação mantiver um ou mais estabelecimentos de ensino, será constituído o Conselho Administrativo, encarregado de assessorar o Diretor Geral e colaborar com o mesmo na supervisão, coordenação e execução dos trabalhos educacional e administrativo da respectiva escola.

CAPÍTULO V

DA DIRETORIA DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 11º - Compete à Diretoria da Assembléia Geral:

I - Representar, pelo seu Presidente, a Associação, em juízo ou perante terceiros;

II - Agir, no interregno das reuniões, em nome da Assembléia Geral quando se tratar de assuntos urgentes "AD REFERENDUM" da Assembléia;

III - Acompanhar, com especial cuidado, a obra educacional da Associação.

§ 1º - Os membros da Diretoria serão eleitos por maioria de votos, em Assembléia Geral Ordinária, sendo de três (03) anos os seus mandatos, ressalvada a não recondução.

§ 2º - A eleição e a posse dos eleitos efetuar-se-á preferencialmente, no início da reunião ordinária anual, da Assembléia Geral.

CAPÍTULO VI

DA DIRETORIA

Art. 12º - São atribuições do Presidente da Diretoria:

I - Representar a entidade ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo fazê-lo pessoalmente ou por procuração; *X.*

II - Convocar as reuniões da Diretoria, quando julgar necessário, ou quando for solicitado por outros membros da Diretoria,

III - Estar em contato com as Escolas mantidas pela Associação;

IV - Convocar e dirigir as reuniões da Assembléia Geral,

Art. 13º - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos ocasionais.

Parágrafo Único - Cumpre-lhe assumir delegações atribuídas pelo Presidente.

Art. 14º - Compete ao Secretário redigir as atas das reuniões da Assembléia Geral e da sua diretoria, mantendo em boa ordem e guarda o arquivo social, expedindo comunicações.

CAPÍTULO VII

DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Art. 15º - O Conselho Administrativo será composto de três (03) membros:

I - O Diretor Geral,

II - O Vice Diretor;

III - Um membro das Igrejas Presbiterianas Locais que seja assalariado da escola, indicado pelo Diretor Geral, e aprovado pela Assembléia Geral.

IV - Os membros do Conselho Administrativo não serão remunerados por sua participação no mesmo.

§ 1º - Compete ao Diretor Geral:

I - Coordenação das atividades pedagógicas;

II - Administração econômico-financeira;

III - Administração escolar;

IV - Tomar decisões de emergência, "AD REFERENDUM" da Assembléia Geral, solicitando à sua Diretoria a convocação de reuniões extraordinárias;

V - Prestar relatório anual à mesma; 4.

VI - Indicar, anualmente, à Assembléia Geral, o Vice Diretor e o Representante das Igrejas Presbiterianas Locais;

VII - Executar as ordens, medidas, diretrizes e providências determinadas pela Assembléia Geral;

VIII - Expedir instruções e sugestões para o bom funcionamento da Escola;

IX - Zelar pelo patrimônio da Associação e pelos bens de propriedade da Igreja Presbiteriana do Brasil, cedidos ao Instituto Presbiteriano Gammon para uso de suas escolas e órgãos na cidade onde tiver escola;

X - Contratar e demitir os dirigentes, professores e demais funcionários das Escolas.

§ 2º - Compete ao Vice-Diretor:

I - Substituir o Diretor Geral nas faltas e impedimentos;

II - Auxiliar o Diretor Geral naquilo que lhe for solicitado.

§ 3º - Compete ao membro de uma das Igrejas Presbiterianas, integrante do Conselho Administrativo, participar das reuniões do Conselho e executar tarefas atribuídas pelo mesmo.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16º - A Associação somente poderá ser dissolvida pelo Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, por proposta unânime da Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim.

Parágrafo Único - No caso de dissolução, a Igreja Presbiteriana do Brasil, designará a instituição congênere de caráter educativo para receber, após pagos os débitos, o acervo remanescente.

Art. 17º - Não serão distribuídos lucros, dividendos, bonificações ou vantagens aos seus dirigentes, associados, mantenedores, sócios, benfeitores, a qualquer título ou pretexto.

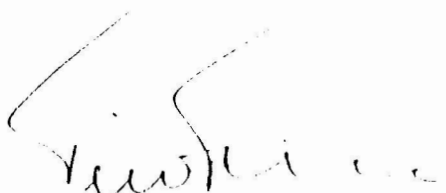
Parágrafo Único - A Diretoria da Assembléia Geral, no todo ou em parte, não poderá ser remunerada.

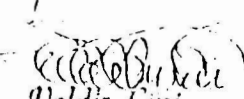
Art. 18º - É expressamente proibida a remessa de dinheiro ou outros bens pertencentes à Associação, para fora do País.

Art. 19º - A reforma deste Estatuto somente poderá ser feita pela votação de dois terços (2/3) dos membros da Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim.

Art. 20º - Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação.

Lavras (MG), 22 de novembro de 1997.

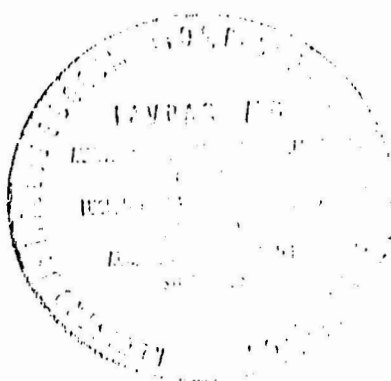

TITO FLÁVIO DA SILVA
Presidente da
Assembleia


Valdir Curi
048/MG 10848 — CPF 004.083.336-53
RG M.1.066.193 SSP/MG

9º OFÍCIO DE NOTAS
Rua São Paulo, 925, 117, Bkte, MG FONE: 274-3535 FAX: 273-7220

9º OFÍCIO DE NOTAS
Rua São Paulo, 925, 117, Bkte, MG FONE: 274-3535 FAX: 273-7220
Reconheço por semelhança as assinaturas de:
TITO FLÁVIO DA SILVA.....
.....
Belo Horizonte, 14/09/98 14:39:06 S
Total Geral: 1 x R\$ 2,01 = R\$ 2,01
Em Testemunho da verdade, Dou fe.

Edilson Eusébio Vilaca (escrevente)



REGISTRO DE DEPÓSITO EM CANCELAMENTO
Data: 14/09/98
Folha nº: 1.036
H. nº: 483
Livro nº: P-3-568
Folha: 14/09/98
Assinatura: [Handwritten Signature]
OFICIAL